



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ministério Público do Estado do Tocantins

Instituído pela Lei 3.047, de 16 de dezembro de 2015, e regulamentado pelo Ato nº 017, de 08 de março de 2016.

ANO II - EDIÇÃO Nº 316 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 05 de julho de 2017

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 460/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR SEBASTIÃO HENRIQUE VIANA BATISTA como prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na Promotoria de Justiça de Novo Acordo – TO, nos seguintes dias da semana: segunda a sexta-feira, no período de 01/07/2017 a 01/07/2019.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRAA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 461/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA NATAL DE CARVALHO WANDERLEY para responder cumulativamente pela 10ª Promotoria de Justiça da Capital, no período de 03 a 16 de julho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 462/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora RENATA DE OLIVEIRA PINTO DESCARDECI, matrícula nº 97709, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 10 de julho a 08 de agosto de 2017, durante as férias da titular do cargo Ruth Virgínio Veloso.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 463/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI para responder, cumulativamente, pela Promotoria de Justiça de Itaguatins, nos períodos de 03 a 09/07/2017 e 15/07 a 01/08/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 464/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça DÉCIO GUEIRADO JÚNIOR para responder, cumulativamente, pela 1ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis, no período de 03 a 31 de julho de 2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA P
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00098

ASSUNTO: Homologação e Adjudicação de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada para reforma de parte do telhado existente e reforma na marquise de entrada, do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 325/2017 – Nos termos do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em conformidade com as disposições favoráveis exaradas no Parecer Administrativo nº 106/2017, às fls. 446/450, emitido pela Assessoria Especial Jurídica e Parecer Técnico nº 053/2017, às fls. 451/454, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes à CONCORRÊNCIA Nº 002/2017, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço unitário, objetivando a contratação de empresa especializada em Engenharia para reforma de parte do telhado existente e reforma da marquise de entrada, do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO, HOMOLOGO o procedimento licitatório referenciado e ADJUDICO o seu objeto à empresa licitante vencedora ENGENHARIA E CONSTRUTORA RPA LTDA, em consonância com o resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, constante na Ata da Sessão Pública do referido certame, acostada às fls. 434/436 dos autos epigrafados. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 03 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: LUMA GOMIDES DE SOUZA

DESPACHO Nº 328/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pela Promotora de Justiça Substituta LUMA GOMIDES DE SOUZA, para alterar para os dias 27 e 28 de julho de 2017, a data de folga prevista para usufruto nos dias 31 de julho e 1º de agosto de 2017, concedida nos termos do Despacho 225/2017.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 03 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: CALEB DE MELO FILHO

DESPACHO Nº 329/2017 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça CALEB DE MELO FILHO, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga a serem usufruídos nos dias 03 e 04 de julho de 2017, em compensação aos dias 01 e 02/11/2016, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº 2017/0701/00033
ASSUNTO: Ressarcimento de despesas
INTERESSADO: SIDNEY FIORI JÚNIOR

DESPACHO Nº 330/2017 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando as viagens a serviço efetuadas pelo Promotor de Justiça SIDNEY FIORI JÚNIOR, itinerário Araguaína – TO/Wanderlândia – TO/ Araguaína/TO, nos dias 28 e 29 de junho de 2017, para participar de audiências, conforme Memória de Cálculo nº 068/2017, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 76,94 (setenta e seis reais e noventa e quatro centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 04 de julho de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DO TERMO DE PARCERIA INSTITUCIONAL

PROCESSO: 2017/0701/00220

PARTICIPANTE: Ministério Público do Estado do Tocantins MP-TO e a Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

OBJETO: Formalizar parceria entre o MP-TO e a Fundação ABRINQ, com vistas ao fortalecimento das gestões municipais, que aderiram ao “Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC”, na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

VIGÊNCIA: Este Termo de Parceria entrará em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins e terá vigência até 30 de junho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 20/06/2017.

SIGNATÁRIOS: Clenan Renaut de Melo Pereira - Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins e Carlos Antônio Tikian - Presidente Fundação ABRINQ.

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 094/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no(a) Diretoria de Expediente, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010169261201721, em 03 de julho de 2017, da lavra do Promotor de Justiça e Chefe de Gabinete, Dr. Francisco Rodrigues de Sousa Filho.

R E S O L V E:

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) William Lemes Gomes, referentes ao período aquisitivo 2016/2017, marcadas anteriormente de 03/07/2017 a 20/07/2017, assegurando o direito de usufruto desses 18 (dezoito) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 03 de julho de 2017.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 124-A/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 124-A/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6º Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação 20/2007.

FATO(S) EM APURAÇÃO: denúncia firmada por procurador de Irenê da Silva, a qual relata que no ano de 2002 o então Prefeito Municipal de Araguanã, Benedito Lopes da Silva, alienou irregularmente imóveis pertencentes ao Município, sem licitação e por preço muito inferior ao preço de mercado, e que na ocasião determinou a expedição de título aquisitivo em seu próprio nome dos imóveis de matrícula M308, M309 e M310, havendo ainda indicativo de irregularidades na alienação dos imóveis públicos de matrícula M316, em favor de Maria Tereza da Conceição Souza, M299, em favor de Antônio Diniz, M280, em favor de Augusto Francisco de Sousa, M120 e M121, em favor de Maria Raimunda Valadares da Silva, M77, em favor de Soneide Waladares Lopes, com indicativo de lesão ao patrimônio público;

INVESTIGADO(S): Benedito Lopes da Silva – Ex-prefeito de Araguanã-TO; Maria Tereza Da Conceição Souza; Antonio Diniz; Augusto Francisco De Sousa; Maria Raimunda Valadares Da Silva e Soneide Waladares Lopes.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína /TO, 26 de Junho de 2017.

23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL**EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO**

A Promotora de Justiça subscritora, titular da 23ª Promotoria de Justiça da Capital, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no art. 21, §§ 1º, IV, 2º e 3º da Resolução n. 03/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, vem, por meio deste, dar CIÊNCIA aos EVENTUAIS INTERESSADOS, da PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO dos autos do Procedimento Preparatório nº 2017.2.29.23.0022, Informa que, até a data de realização da sessão do Conselho Superior do Ministério Público, em que será homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão ser apresentados razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas-TO, aos 31 de maio de 2017.

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 29/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 23/2017

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: Constituição Federal (artigo 129, inciso III), Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – nº 8.625/93 (artigo 26, inciso I) e Lei Complementar Estadual nº 51/2008.

ORIGEM: Ex ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 29/2016

ASSUNTO (CNMP): Direito administrativo e outras matérias de Direito Público (9985) / Serviços (10028) / Saúde (10064).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar se os municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins e Crixás do Tocantins implantaram, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), eis que o Ministério da Saúde concedeu o prazo até o dia 10/12/2016.

REPRESENTADOS: Secretaria de Saúde do Município de Gurupi, Secretaria de Saúde do Município de Aliança do Tocantins e Secretaria de Saúde do Município de Crixás do Tocantins -TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 30 de junho de 2017.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 30/06/2018 (01 ano).

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS**EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 016/2017 – 4ª PJ/PSO/TO.**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria N.º: 016/2017.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público. Atos Administrativos (9985). Saúde (10064). Saúde Mental (900110)

Objeto: Apurar suposta negligência à pessoa com doença mental. Representante: Maria das Dores Medeiros Braz.

Representado: A apurar.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

Área de atuação: Hipossuficientes - Saúde

Documento de Origem: NF nº 023/2017 – 4ª PJ/PSO/TO.

Data da Conversão: 20/06/2017.

Data prevista para finalização: 21/06/2018.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 20/06/2017.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO DO TOCANTINS

Avenida Transbrasiliana, Q 1-A, Lotes 06 e 07 – Setor Bela Vista – Paraíso do Tocantins CEP: 77.600-000 - Caixa Postal Número: 111 - Fone Fax: (063) 3602-2263 / 3602-4381 / 3602-5090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRISTALÂNDIA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 015/2017

INVESTIGANTE: Francisco J. P. Brandes Jr., Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: art. 127, caput, e art. 129, e incisos da Constituição Federal; art. 27, e incisos, da Lei nº 8.625/93; art. 8º e seguintes da Lei nº 7.347/85; artigo 61 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 157/2013;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Possíveis atos de improbidades administrativas supostamente perpetrados por, Enilson de Souza Luz, ex-Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Cristalândia, no exercício de 2012.

INVESTIGADO(S): Enilson de Souza Luz, gestor à época dos fatos.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Cristalândia, 12 de junho de 2017.

Francisco J. P. Brandes Jr.
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 077/2017

INVESTIGANTE: Francisco J. P. Brandes Jr., Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: art. 127, caput, e art. 129, e incisos da Constituição Federal; art. 27, e incisos, da Lei nº 8.625/93; art. 8º e seguintes da Lei nº 7.347/85; artigo 61 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

ORIGEM: peça de Informação Edoc nº 07010151916201711.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Contratos temporários irregulares no Município de Lagoa da Confusão/TO;

INVESTIGADO(S): Município de Lagoa da Confusão/TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Cristalândia, 08 de fevereiro de 2017.

Francisco J. P. Brandes Jr.
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIATINS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.º 16/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 20170000631

FATO EM APURAÇÃO: retenção de cartão de recebimento de aposentadoria por empresário do Povoado de Altos Lindos, Município de Goiatins

INVESTIGADOS: Daniel Duarte

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 29 de junho de 2017

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA Nº.º 17/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Goiatins/TO

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 51/08

ORIGEM: Notícia de Fato n. 20170000951

FATO EM APURAÇÃO: não cumprimento de prazos em sucessos inquéritos policiais sob responsabilidade de Autoridade Policial responsável pela investigação criminal nos Municípios de Goiatins e Campos Lindos

INVESTIGADO: José Anchieta de Menezes Filho

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Goiatins/TO, 29 de junho de 2017

Avenida Sousa Porto, Centro - Goiatins - TO - CEP 77.770-000 -
Telefone: (63) 3469-1280

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ITACAJÁ

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA Nº.º 92/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Itacajá-TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: declarações prestadas pelo senhor Luiz Carlos de Oliveira Porto.

FATO EM APURAÇÃO: possível desvio de função do servidor público municipal Luiz Carlos de Oliveira Porto, praticado pelo senhor Wesley Clayton Barros, Prefeito de Itacajá/TO, ofendendo os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.

INVESTIGADO: Wesley Clayton Barros

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Itacajá/TO, 04 de julho de 2017.